



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
印務局
Imprensa Oficial



BOLETIM OFICIAL - I SÉRIE

Diploma: **Código de Processo Civil**
BO N.º: **40/1999**
Publicado em: **1999.10.4**
Página: **3670**

- Código de Processo Civil

[Versão Chinesa](#)

Categorias

relacionadas : • **TRIBUNAIS -**

Código de Processo Civil

[^] [[Código de Processo Civil - Índice](#)] [[Código de Processo Civil - Índice por Artigo](#)]
[[Decreto-Lei n.º 55/99/M](#)] [[Código de Processo Civil](#)]
[[Código de Processo Civil - Índice Analítico](#)]

[[Artigo 100.º](#)] [[Artigo 200.º](#)] [[Artigo 300.º](#)] [[Artigo 400.º](#)] [[Artigo 500.º](#)] [[Artigo 600.º](#)]
[[Artigo 700.º](#)] [[Artigo 800.º](#)] [[Artigo 900.º](#)] [[Artigo 1000.º](#)] [[Artigo 1100.º](#)] [[Artigo 1200.º](#)]

LIVRO I

DA ACÇÃO

TÍTULO I

Disposições fundamentais

Artigo 1.º

(Garantia de acesso aos tribunais)

1. A protecção jurídica através dos tribunais implica o direito de obter, em prazo razoável, uma decisão judicial que aprecie, com força de caso julgado, a pretensão regularmente deduzida em juízo, bem como a

A expedição da carta rogatória não obsta à prática dos actos subsequentes que não dependam absolutamente do acto solicitado; mas a discussão e julgamento da causa só podem ter lugar depois de devolvida a carta rogatória ou depois de ter findado o prazo para a realização do acto solicitado.

Artigo 133.º

(Destino da carta rogatória)

Devolvida a carta rogatória, é a sua junção ao processo notificada às partes, contando-se dessa notificação os prazos que dependam da realização do acto solicitado.

Artigo 134.º

(Recepção e cumprimento da carta rogatória dirigida a tribunal de Macau)

1. Salvo disposição em contrário de convenção internacional aplicável em Macau ou de acordo no domínio da cooperação judiciária, a carta rogatória expedida por tribunal ou outra autoridade do exterior de Macau e dirigida a tribunal de Macau é recebida por qualquer via.
2. Ao Ministério Público compete promover os termos da carta rogatória, se tiver sido recebida por via diplomática.
3. Recebida a carta rogatória, dá-se vista ao Ministério Público para opor ao seu cumprimento o que julgue de interesse público e, em seguida, o juiz decide se deve ser cumprida.
4. O Ministério Público pode sempre recorrer do despacho a ordenar o cumprimento e o recurso tem efeito suspensivo.
5. Uma vez cumprida a carta rogatória, ela é devolvida pela mesma via por que tiver sido recebida.

Artigo 135.º

(Poder do tribunal no cumprimento)

1. É ao tribunal ao qual o acto foi requisitado que compete regular, de harmonia com a lei, o cumprimento da carta rogatória.
2. Se na carta rogatória se pedir a observância de determinadas formalidades que não colidam com a lei de Macau, dá-se satisfação ao pedido.

Artigo 136.º

(Recusa de cumprimento da carta rogatória)

1. Salvo disposição em contrário de convenção internacional aplicável em Macau ou de acordo no domínio da cooperação judiciária, o tribunal deve recusar o cumprimento da carta rogatória nos casos seguintes:
 - a) Se não tiver competência para a prática do acto requisitado;
 - b) Se a requisição for para acto que a lei de Macau proíba absolutamente;
 - c) Se o acto for contrário à ordem pública;
 - d) Se o acto importar execução de decisão proferida por tribunal ou árbitro do exterior de Macau que se não mostre revista e confirmada, nos casos em que a lei assim o exija;

e) Se tiver dúvidas fundadas sobre a autenticidade da carta rogatória.

2. Quando reconheça que o acto deve ser praticado por outro tribunal de Macau, o tribunal ao qual ele foi requisitado deve remeter-lhe a carta rogatória, comunicando o facto ao tribunal ou outra autoridade que a expediu.

Artigo 137.º

(Assinatura do mandado)

O mandado é passado em nome do juiz ou relator e assinado pelo competente funcionário da secretaria.

Artigo 138.º

(Conteúdo do mandado)

O mandado só contém, além da ordem do juiz, as indicações que sejam indispensáveis para o seu cumprimento.

SECÇÃO VII

Nulidades dos actos

Artigo 139.º

(Ineptidão da petição inicial)

1. É nulo todo o processo quando for inepta a petição inicial.

2. Diz-se inepta a petição:

- a) Quando falte ou seja ininteligível a indicação do pedido ou da causa de pedir;
- b) Quando o pedido esteja em contradição com a causa de pedir;
- c) Quando se cumulem causas de pedir ou pedidos substancialmente incompatíveis.

3. Se o réu contestar, apesar de arguir a ineptidão com fundamento na alínea a) do número anterior, não se julga procedente a arguição quando, ouvido o autor, se verificar que o réu interpretou convenientemente a petição inicial.

4. No caso da alínea c) do n.º 2, a nulidade subsiste, ainda que um dos pedidos fique sem efeito por incompetência do tribunal ou por erro na forma do processo.

Artigo 140.º

(Anulação do processado posterior à petição)

É nulo tudo o que se processe depois da petição inicial, salvando-se apenas esta:

- a) Quando o réu não tenha sido citado;
- b) Quando não tenha sido citado, logo no início do processo, o Ministério Público, nos casos em que deva intervir como parte principal.

Artigo 141.º